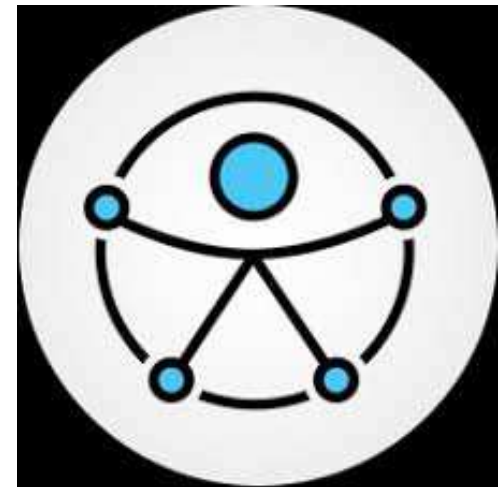


PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA DE ACESSIBILIDADE



Artemisa – Estudos em Psicologia, Saúde e Trabalho

Tel.: (61): 35414231; 999353347 - e-mail: lukrar@terra.c

AGENDA

OBJETIVO

OS DADOS

CENÁRIO E SUJEITOS DE PESQUISA

RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

OBJETIVO

Investigar com diretores (as) de Escola questões relativas às condições de trabalho dos servidores com deficiência na rede de ensino.



- Constituição Federal;
- Lei Complementar nº 840 (23/11/2011);
- Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186/2008);
- Decreto 5.296/2004 (regulamenta as Leis 10.049 e 10.098/2000).



- Artemisa e Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Universidade de Brasília - UnB

OS DADOS

Dados Brasil = 211 milhões de habitantes

Fonte: IBGE (2015)

12,5 milhões de pessoas,
ou seja, **6,7% possuem**
grande ou total dificuldade
para enxergar, ouvir,
caminhar ou subir degraus,
além dos que declararam
ter deficiência mental ou
intelectual

A visual é a que tem mais =
3,6%, motora (2,3%),
mental e intelectual (1,4%)
e auditiva (1,1%)

Dados DF = 3.015.268 milhões de habitantes

Fonte: CODEPLAN (2020)

139.708 habitantes que
possuem algum tipo de
deficiência, o que equivale
a **4,8% da população.**

Visual (2,7%), motora
(1,5%), auditiva (0,9%) e
mental e intelectual (0,8%).

CENÁRIO E SUJEITOS DE PESQUISA

Relação de diretores(as) e vice-diretores(as) = 723 e Unidades Escolares (635) recebida da Secretaria de Educação em 24/04/2020

Construção do instrumento submetido com base nas legislações apresentadas. Os dados coletados foram submetidos à técnica de Análise Fatorial e assegurou-se a fidedignidade do instrumento. Os itens foram avaliados em uma escala de 3 pontos, sendo 1 = condição inexistente; 2 = condição insuficiente e 3 = condição suficiente

AMOSTRA FINAL:

232 respondentes* = 32%
134 Unidades Escolares = 21%

A pesquisa foi disponibilizada em plataforma de pesquisa do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Universidade de Brasília no endereço eletrônico <http://acessibilidade.trabalhovivo.net>, no período de 05/05 a 05/06/2020

* Os respondentes possuem, em média, 11 anos de tempo de serviço na SE e 9 anos de tempo no cargo.

RESULTADOS

Tabela 1. Respondentes por Regional de Ensino.

Regional	N de Respostas	Porcentagem	N Escolas	N Participantes
BRAZLÂNDIA	70	30,2%	30	30
PLANO PILOTO/CRUZEIRO	27	11,6%	99	19
TAGUATINGA	26	11,2%	57	14
CEILÂNDIA	23	9,9%	87	16
GUARÁ	14	6,0%	27	07
PLANALTINA	13	5,6%	62	10
PARANOÁ	11	4,7%	31	06
SANTA MARIA	10	4,3%	29	07
NÚCLEO BANDEIRANTE	9	3,9%	32	07
GAMA	7	3,0%	49	04
SOBRADINHO	5	2,2%	43	05
RECANTO DAS EMAS	4	1,7%	27	02
SAMAMBAIA	4	1,7%	40	04
SÃO SEBASTIÃO	3	1,3%	22	03
Respostas em Branco	5	2,2%		
Total de Respostas	232	100%	635	134

RESULTADOS

Tabela 2. Avaliação por itens – Resultados Gerais.

Item	Média	DP
1. Informação visual com símbolo da rota de fuga acrescida do símbolo internacional de acesso nas respectivas portas corta-fogo	1,20	0,45
2. Rota de fuga com alarmes visuais e sonoros	1,25	0,52
3. Iluminação ajustável para pessoas com deficiência visual - não cegas.	1,30	0,58
4. Sinalização ambiental para orientação de pessoa com deficiência auditiva nas edificações da Escola	1,33	0,56
5. Percursos com pisos direcionais e alertas para as pessoas com deficiências visuais	1,35	0,61
6. Sinalização ambiental para orientação de pessoa com deficiência tátil nas edificações da Escola	1,39	0,61
7. Sinalização ambiental para orientação de pessoa com deficiência visual nas edificações da Escola	1,43	0,61
8. Sanitários com torneiras acionadas por sensor ou alavanca	1,44	0,67
9. Placas destacadas	1,50	0,62
10. Bancos destacados	1,50	0,64
11. Sistemas de sinalização da Escola acessíveis à pessoa com deficiência	1,63	0,62
12. Sistemas de comunicação da Escola acessíveis à pessoa com deficiência	1,66	0,69
13. Lixeiras destacadas	1,70	0,73

Dos 27 itens, 19, ou seja, mais de 70%, ficaram com média inferiores a 2,00, revelando condições inexistentes ou altamente insuficientes.

RESULTADOS

Tabela 2. Avaliação por itens – Resultados Gerais (continuação)

Item	Média	DP
14. O mobiliário adaptado à condição física em cadeiras de rodas	1,77	0,76
15. Programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa com deficiência.	1,79	0,70
16. Jornadas pedagógicas com os docentes para organização de recursos e serviços de acessibilidade	1,89	0,71
17. Os equipamentos adequados para os diferentes tipos de deficiência	1,92	0,59
18. Condições para o desenvolvimento pleno das atividades de pessoas com deficiência	1,97	0,56
19. Área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência	1,98	0,79
20. Os bebedouros acessíveis às pessoas com deficiência	2,00	0,79
21. Oferta de material escolar e didático de acordo com as peculiaridades das pessoas com deficiência	2,06	0,61
22. Sanitários com informação visual referente aos símbolos feminino ou masculino (ou ambos, se o sanitário for unissex) e o símbolo internacional de acesso	2,08	0,82
23. Profissionais de apoio para as pessoas com deficiência	2,13	0,54
24. Pessoas com deficiência com igualdade de oportunidades como os demais	2,15	0,66
25. Calçamento interno que propicia o livre percurso com superfície regular, firme e estável	2,16	0,72
26. Sanitários com barras de apoio horizontal nas paredes da lateral e do fundo do vaso	2,20	0,73
27. Rampas de acessibilidade	2,22	0,69

RESULTADOS

Tabela 3. Índices Gerais de Condições de Acessibilidade por Regional de Ensino.

Regional	ICA	DP
GAMA	1,83	0,52
SÃO SEBASTIÃO	1,83	1,04
TAGUATINGA	1,87	0,54
PLANALTINA	1,96	0,45
GUARÁ	2,03	0,57
CEILÂNDIA	2,07	0,39
PLANO PILOTO/CRUZEIRO	2,09	0,62
SAMAMBAIA	2,12	0,48
PARANOÁ	2,14	0,39
NÚCLEO BANDEIRANTE	2,19	0,46
BRAZLÂNDIA	2,19	0,59
SOBRADINHO	2,20	0,57
SANTA MARIA	2,39	0,60
RECANTO DAS EMAS	2,50	0,41

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice Geral de Condições de Acessibilidade desta pesquisa obteve média de 2,10 (DP=0,55) demonstrando condições insuficientes para receber esta população na Escola.

Os cinco piores índices nos resultados gerais são:

Informação visual com símbolo de rota de fuga
e ausência do símbolo internacional de acesso nas
respectivas portas corta-fogo

Rota de fuga com alarmes visuais e sonoros

Iluminação ajustável para pessoas com deficiência
visual-não cegas

Sinalização ambiental para orientação da pessoa
com deficiência auditiva nas edificações da Escola

Percurso com pisos direcionais e alertas para as
pessoas com deficiências visuais

Mesmo o item melhor avaliado pelos respondentes – “**Rampas de Acessibilidade**” – teve média abaixo de 2,50, reforçando que as condições gerais de acessibilidade nas escolas respondentes são, de fato, avaliadas como insuficientes pelos respondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



o detalhamento dos resultados por Regional de Ensino a **média ficou em 1,83 (DP=0,52)**, demonstrando **avaliação de condição inferior a insatisfatória**.

As cinco regiões que possuem os piores índices são: Gama, São Sebastião, Taguatinga, Planaltina e Guará.

Ressalta-se que as regionais de São Sebastião e Plano Piloto/Cr tiveram um desvio padrão maior, o que indica alta variação na percepção entre os respondentes. Isto se justifica na diferença na percepção entre os respondentes de diferentes escolas, com tabelas abaixo:

Índices Gerais de Condições de Acessibilidade por Escola – Regional São Se

Escola	ICA	D
CAIC UNESCO	3,00	0
CEF Jataí	1,00	0

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Índices Gerais de Condições de Acessibilidade por Escola – Regional Plano Piloto/Cruzeiro

Escola	ICA	DP
JI 308 SUL	1,00	0,00
EC 102 SUL	1,00	0,00
ESCOLA DA NATUREZA	1,50	0,00
CEF 01 VARJAO	1,50	0,00
CEM SETOR OESTE	1,75	0,35
C. ESPECIALIZADO PESTALOZZI	2,00	0,00
CED 02 DO CRUZEIRO	2,00	0,00
CEF GAN	2,00	0,00
CEM ASA NORTE - CEAN	2,00	0,00
EC 115 NORTE	2,00	0,00
EP 307-308 SUL	2,00	0,71
CEJA E EDUC PROFISSIONAL A DISTANCIA DE BRASILIA	2,50	0,00
CEM SETOR LESTE	2,50	0,00
EC 304 NORTE	2,50	0,00
EC 410 SUL	2,50	0,00
EC 416 SUL	2,50	0,00
CIL 01 DE BRASILIA	3,00	0,00
EC 302 NORTE	3,00	0,00
EP 210-211 SUL	3,00	0,00

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como recomendação técnica fica claro que não há ausência de leis sobre o tema, o que precisa é o cumprimento das legislações.

A Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal (Decreto nº 33.653 de 10/05/2013) em seu artigo 6º, parágrafo I prevê reduzir e/ou eliminar riscos aos quais os servidores possam estar expostos quando da realização das suas atividades.

O Programa de Prevenção aos Riscos Ambientais (PPRA) também faz parte da Política e foi elaborado com as diretrizes da NR-9.



PRÓXIMOS PASSOS

FECHAR A PESQUISA “ A DOR DA GENTE”

DISPONIBILIZAR AS PESQUISAS PARA CATEGORIA – LOCAL VISÍVEL

APRESENTAR PARA OS DIRETORES DE ESCOLAS

EXPOR OS RESULTADOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SUGEPE

AGENDAR NO CONSELHO DE SAÚDE COM PARTICIPAÇÃO DO MP

CÂMARA DISTRITAL – COMISSÃO DE PCDS

Obrigada!



Artemisa – Estudos em Psicologia, Saúde e Trabalho

Tel.: (61): 35414231; 999353347 - e-mail: lukrar@terra.c